



Marcus Eugênio Oliveira Lima

Contribuições da  
Psicologia Social para  
o entendimento do  
racismo brasileiro

**Blucher**

PSICOLOGIA

CONTRIBUIÇÕES DA  
PSICOLOGIA SOCIAL  
PARA O ENTENDIMENTO  
DO RACISMO NO BRASIL

Marcus Eugênio Oliveira Lima

*Contribuições da psicologia social para o entendimento do racismo no Brasil*  
© 2024 Marcus Eugênio Oliveira Lima

Editora Edgard Blücher Ltda.

*Publisher* Edgard Blücher  
*Editor* Eduardo Blücher  
*Coordenação editorial* Addressa Lira  
*Produção editorial* Alessandra de Proença  
*Preparação de texto* Flavio Costa  
*Diagramação* Iris Gonçalves  
*Revisão de texto* Raquel Lima Catalani  
*Capa* Leandro Cunha  
*Imagem da capa* iStock

# Blucher

---

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar  
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil  
Tel.: 55 11 3078-5366  
**contato@blucher.com.br**  
**www.blucher.com.br**

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme  
6. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua  
Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras,  
julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por  
quaisquer meios sem autorização escrita da  
editora.

---

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard  
Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação  
na Publicação (CIP)  
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

---

Lima, Marcus Eugênio Oliveira

Contribuições da psicologia social para o  
entendimento do racismo no Brasil / Marcus  
Eugênio Oliveira Lima. – São Paulo : Blucher, 2024.  
198 p.

Bibliografia  
ISBN 978-85-212-2019-0

1. Psicologia social 2. Racismo I. Título.

24-0273

CDD 301.15

---

Índice para catálogo sistemático:  
1. Psicologia social

# Conteúdo

Prefácio	7
Introdução	13
1. O racismo e as explicações de nível intraindividual: modelos motivacionais	33
2. O racismo e as explicações psicossociais de nível interindividual: modelos cognitivo-afetivos	59
3. O racismo e as explicações psicossociais de nível posicional	85
4. O racismo e as explicações psicossociais de nível ideológico	123
5. Considerações finais	157
Referências	173

# 1. O racismo e as explicações de nível intraindividual: modelos motivacionais<sup>1</sup>

As explicações psicossociais para os fenômenos se enquadram em planos ou níveis de análise. Os níveis de análise considerados foram os intrapsíquicos, interpessoais, posicionais e ideológicos. No presente capítulo, apresentaremos teorias do nível I ou intrapsíquico. Doise (1980) considera como inseridas nesse nível as explicações/teorias que analisam o modo como os indivíduos organizam suas percepções, suas avaliações e seus comportamentos; citando as teorias sobre equilíbrio cognitivo, mudança de atitude e processamento da informação.

## *As explicações de nível intraindividual*

Hogg e Abrams (2001) classificam três teorias psicossociais como explicações de nível individual, em que pesem as diferenças entre elas. A Teoria da Personalidade Autoritária de Adorno et al. (1950), que concebe a adesão ao autoritarismo e etnocentrismo como consequência de uma personalidade disfuncional; a Hipótese do Espírito Fechado de Rokeach (1948, 1960), que supõe

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste capítulo foi publicada na Revista Paidéia e3XXX.doi:<https://doi.org/10.1590/1982-4327e3XXX>

um estilo cognitivo dogmático associado à intolerância, e a Teoria da Dominação Social (Sidanius, 1993; Pratto, Sidanius, Stallworth, & Malle, 1994), que igualmente pressupõe que características invariantes dos indivíduos explicam sua busca por hierarquias e opressão social. Primeiramente, será feita uma breve incursão sobre cada uma dessas teorias mais gerais de explicação do racismo, para, em seguida, focalizar uma teoria específica, também de nível intraindividual, a Teoria do Racismo Aversivo.

### Teoria da Personalidade Autoritária

Em 1944, o Comitê de Judeus dos Estados Unidos convidou pesquisadores para um evento sobre religião e preconceito racial. A proposta era buscar uma solução para o antissemitismo. A partir desses encontros, seis anos depois, Theodor Adorno e mais três colegas de formação na Escola de Frankfurt formularam a Teoria da Personalidade Autoritária (TPA), utilizando resultados de uma ampla pesquisa feita na Califórnia. Na época, os autores propuseram que três ideologias – o fascismo, o etnocentrismo e o autoritarismo – estavam na base da socialização de uma personalidade aderente aos apelos do antissemitismo. Tal personalidade seria forjada na infância, pelas famílias, mediante a valorização da obediência acrítica aos pais e aos mais velhos, inibição da espontaneidade e ênfase na conformidade com os valores e tradições propostos. Nas palavras dos autores:

*Convencionalidade, rigidez, negação repressiva e o surgimento subsequente de fraqueza, medo e dependência são apenas outros aspectos do mesmo padrão de personalidade fundamental e podem ser observados na vida pessoal, bem como nas atitudes em relação à religião e às questões sociais. (Adorno, Frenkel-Brunswick, Levinson, & Sandford, 1950, p. 971, tradução nossa)*

A pessoa com personalidade autoritária buscaria uma solução etnocêntrica para os conflitos entre grupos sociais, concebendo seu grupo como puro e forte em oposição aos grupos dos outros, que deveriam ser eliminados, subordinados ou segregados. A TPA afirma que os que possuem altos escores de

adesão a tal ideologia ou concepção, frequentemente, constroem um inimigo imaginário, percebido como onipotente e onipresente, envolto em narrativas paranoicas de perseguição (Adorno et al., 1950).

Não obstante os mecanismos envolvidos na formação da personalidade autoritária serem de nível cultural e ideológico, e de a TPA ter sido uma das primeiras teorias a articular personalidade e cultura, o fator causal adotado, aquele com peso explicativo, é a própria personalidade autoritária, concebida nos termos psicodinâmicos da psicanálise como uma estrutura anormal e patológica que está na base da adesão ao antissemitismo. É nesse sentido que essa teoria se enquadra na classificação de nível intrapsicológico de Doise (1980).

Na mesma década da criação da TPA, De Grazia (1950) observou que, não obstante a riqueza e variedade das técnicas de pesquisa, a teoria era aplicável somente às questões da ciência política nas quais os fenômenos grupais pudessem ser reduzidos às explicações individuais. Com efeito, adotando os mecanismos intrapsíquicos da negação e projeção, a TPA propõe que as pessoas com escores mais elevados de autoritarismo tendem a projetar seus desejos inconscientes e moralmente proibidos sobre membros de minorias sociais. Da mesma forma, usam a noção freudiana da negação para esconder seus “impulsos sexuais rudes e não socializados” (Martin, 2001, p. 10). A TPA propõe que um tipo de personalidade específico explica a adesão ao antissemitismo. Nas palavras dos autores, “tal estrutura psicológica, que corresponde ao pseudoconservadorismo, é constituída pela convencionalidade e submissão autoritária no nível do ego, com violência, impulsos anárquicos e destrutividade caótica no plano inconsciente” (Adorno et al., 1950, pp. 675-676).

Em que pesem as críticas de se adotar um viés confirmatório (Martin, 2001) e de ser mais uma “psicologia politizada” do que uma psicologia política (Tetlock, 1994), a TPA permitiu a leitura de fenômenos conexos ao antissemitismo, tais como o conservadorismo moral, o autoritarismo de Direita, o fascismo e o racismo. Além disso, ela impulsionou o surgimento de outra explicação, também de nível intraindividual, para os preconceitos: a Hipótese do Espírito Fechado de Milton Rokeach.

## A Hipótese do Espírito Fechado

No final da década de 1940, antes mesmo do aparecimento do livro sobre a personalidade autoritária, Milton Rokeach publicou um artigo propondo uma explicação, em alguns aspectos semelhante à da TPA, que situava a causa do etnocentrismo não nas motivações inconscientes, mas em fatores da cognição individual, os quais não diferenciariam os extremistas de esquerda dos da direita política. Trata-se da Hipótese do Espírito Fechado (HEF) ou *closed mind* (no original).

Para Rokeach (1960), uma das características fundamentais do etnocentrismo era a rigidez e a inflexibilidade no processo de pensamento. Tal rigidez não se referia apenas à avaliação de fenômenos sociais ou à percepção dos grupos sociais, como propunha a TPA, sendo mais geral, pois se manifestava na solução de qualquer problema cognitivo. Sob a influência da teoria gestáltica, a HEF define a rigidez do pensamento como uma incapacidade de reestruturar um campo perceptivo, mesmo quando existem soluções alternativas e mais eficientes para um problema. Tal estilo cognitivo define duas categorias de pessoas: os mais etnocêntricos, que pensariam de forma concreta e rígida, e os menos etnocêntricos, que pensariam de forma abstrata e flexível.

Rokeach (1948) faz alguns experimentos para testar essa hipótese. No primeiro deles, constata que quanto mais as pessoas adultas eram capazes de conseguir soluções flexíveis para problemas aritméticos associados à conservação de líquidos, menos eram etnocêntricas. Adotando para a investigação o efeito *Einstellung*, que prevê que uma primeira ideia que vem à mente, desencadeada por características familiares de um problema, impede que outras ideias com melhores soluções surjam, o autor utiliza dez problemas dessa natureza. Em um deles, Rokeach pede aos participantes que observem três jarras de água com capacidades de 31 decilitros (dl), 61 dl e 4 dl. O problema proposto era obter 22 decilitros de água usando as três jarras. A única solução possível era retirar da jarra de 61 dl (representada pela letra A) uma jarra de 31 dl (representada pela letra B) e duas jarras de 4 dl (representada pela letra C):  $A - B - 2C = 22$  dl. Rokeach analisa, além da capacidade de flexibilidade cognitiva para resolver os problemas, os escores de dogmatismo dos estudantes universitários que participaram: se eles tentam resolver todos os problemas



seguintes usando a mesma lógica matemática ( $A - B - 2C$ ); se durante as tentativas de solucionar usam números ou operações matemáticas de soma e subtração; ou se resolvem mais de forma verbal e riscam o papel rascunho deixado disponível. Os resultados mostram diferenças significativas nos participantes com elevados escores de etnocentrismo em comparação com os pouco etnocêntricos na variável de rigidez das soluções, no uso do rascunho e nas soluções mais verbais (maior uso de palavras). Em todas essas medidas, os mais etnocêntricos obtiveram escores mais elevados.

Em um segundo estudo, o autor verifica que a capacidade de encontrar atalhos ou rotas mais curtas e diretas em mapas de vias urbanas também se associava positivamente ao baixo etnocentrismo. Em um terceiro estudo, replica os resultados do primeiro achado para amostras de crianças estadunidenses. Rokeach conclui que, nos três estudos, os mais etnocêntricos são mais concretos no seu raciocínio que os menos etnocêntricos. Posteriormente, Rokeach (1951) verifica que o modo como as pessoas lidam e organizam cognitivamente assuntos religiosos e outros de natureza político-econômica também se estrutura ao longo de um *continuum* que varia de abrangente/inclusivo a estreito/fechado. Para analisar a relação entre as diferenças individuais de organização do pensamento com o etnocentrismo nos EUA, o autor pede aos participantes que definam e tentem encontrar relações entre dez conceitos: Budismo, Capitalismo, Catolicismo, Cristianismo, Comunismo, Democracia, Fascismo, Judaísmo, Protestantismo e Socialismo. Os resultados atestam que as pessoas com escores muito elevados de etnocentrismo utilizam um pensamento mais restrito na organização dos conceitos que pessoas menos etnocêntricas, as quais organizam as informações de modo mais abrangente e inclusivo. Rokeach conclui defendendo a imanência do “espírito fechado”, quando afirma que não se deve falar de pessoas mais e menos preconceituosas, afinal todos são preconceituosos, alguns contra os judeus e negros, outros contra os comunistas, outros contra os capitalistas: “Os alvos desses preconceitos podem ser diferentes, mas todos são fundamentalmente os mesmos – são todos preconceitos” (Rokeach, 1951, p. 235, tradução nossa).

A Hipótese do Espírito Fechado trouxe uma importante complementação à Teoria da Personalidade Autoritária, pois situou o autoritarismo como fenômeno mais geral, um tipo de dogmatismo presente tanto em pessoas

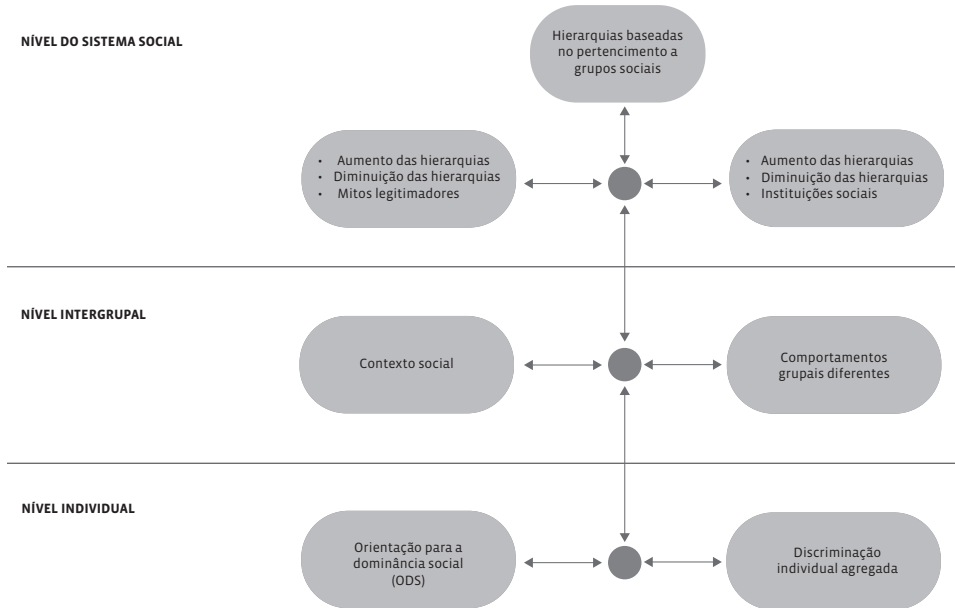
de direita quanto nas de esquerda. A escala de dogmatismo proposta por Rokeach (1954) entende o fenômeno como: (a) uma organização cognitiva relativamente fechada de crenças sobre a realidade, (b) estruturada em torno de um conjunto central de crenças sobre uma autoridade absoluta e (c) que fornece a base para a intolerância para com os outros (Vacchiano, Strauss, & Hochman, 1969). Todavia, como destacam esses autores, a HEE, enquanto suposição e estrutura cognitiva individual e universal, é contestada por um amplo conjunto de estudos que identifica diferenças em níveis de dogmatismo entre homens e mulheres, entre pessoas de classes sociais diferentes e entre grupos em situações culturais diversas. Surge então, na década de 1990, uma nova teoria, também com ênfase predominante nos aspectos intraindividuais, para explicar o desejo de domínio e controle sobre os outros: a Teoria da Dominância Social.

### **A Teoria da Dominância Social**

A Teoria da Dominância Social (TDS) se estrutura sobre o postulado de que as hierarquias e os sistemas de opressão baseados no pertencimento a diferentes grupos sociais são universais na história da humanidade. Segundo a TDS, haveria três grandes sistemas de opressão: o “sistema da idade”, no qual ser adulto significa ter mais poder em comparação a ser “juvenil” (sistema idadista ou ageísta); o “sistema do patriarcado”, no qual os homens desfrutam de mais poder do que as mulheres; e, finalmente, o sistema chamado de “arbitrário”, no qual surgem, em função da história e do contexto envolvido nas relações entre os grupos, sistemas mais específicos de opressão, a exemplo do étnico e do racial (Sidanius et al., 2018).

A busca pela supremacia ou domínio de um indivíduo sobre o outro, ou de seu grupo sobre outro, estaria na origem dos preconceitos e de todas as outras formas de dominação (Pratto et al., 1994). A TDS propõe que as sociedades, para minimizarem os conflitos entre os grupos, criam consensos sobre ideologias que promovem a crença de que alguns são superiores a outros. Tais ideologias podem ser de dois tipos: as que legitimam as desigualdades entre os grupos e as que promovem o combate a tais hierarquias. Essas ideologias estruturariam “mitos legitimadores” cuja função é naturalizar ou legitimar a

estratificação social. Exemplos de mitos legitimadores são o darwinismo social e a meritocracia. Já a luta pelos direitos humanos e a promoção da justiça da necessidade, *noblesse oblige* (“a nobreza obriga”, no original), seriam tenta-



tivas de atenuar as hierarquias (Sidanius et al., 2018). Na Figura 1.1, pode-se ver uma esquematização da TDS, em uma proposta já mais recente e integralizada de níveis de análise.

**Figura 1.1** – Visão esquemática da Teoria da Dominância Social.

Fonte: Sidanius et al., 2018, p. 105.

Não obstante o interesse da TDS em explicar fenômenos amplos, como as ideologias legitimadoras e as relações de conflito intergruppal, e focalizar tanto os fatores estruturais quanto os individuais na opressão gruppal, como se depreende da Figura 1.1, o fator explicativo ou causal adotado é, como nas duas teorias anteriores, de nível intraindividual. A Teoria da Dominância Social postula que o aspecto decisivo na aceitação ou na rejeição das ideologias legitimadoras é uma variável intrapsicológica chamada Orientação para a Dominância Social (ODS).

A ODS é definida como o desejo que a pessoa possui de que seu grupo domine o grupo do outro (Pratto et al., 1994). Segundo esses autores, duas consequências principais decorrem de uma personalidade com alta ODS: o apoio aos mitos legitimadores que promovem a opressão e o domínio, bem como a busca por instituições e papéis sociais voltados para a manutenção dessas hierarquias, a exemplo das carreiras jurídicas e militares. Uma ampla pesquisa envolvendo quatorze amostras com mais de 1900 participantes demonstrou que a ODS se relaciona positivamente com o conservadorismo político-econômico, o nacionalismo, o elitismo cultural, o sexismo, o militarismo e a homofobia. Por outro lado, as correlações entre a ODS e empatia, altruísmo e promoção da justiça da necessidade foram negativas. Ou seja, quanto mais as pessoas estão voltadas para a dominação social, mais intolerantes se mostram para com os grupos minoritários.

A TDS propõe que os fenômenos relacionados ao preconceito e à opressão dos grupos podem ser explicados somente a partir das diferenças individuais na ODS, visto que há uma interconexão de variáveis. Entretanto, compreender que fatores socioculturais são responsáveis pela ODS é tarefa fundamental para explicar as desigualdades entre os grupos. Mais recentemente, a definição de ODS foi refinada para referir o desejo geral de estabelecer e manter relações intergrupais hierarquicamente estruturadas, independentemente da posição do próprio grupo nessas hierarquias; de forma que, mesmo membros de grupos minoritários, com altos níveis de ODS, podem desejar a manutenção da dominação contra o seu grupo (Sidanius et al., 2018). A TDS propõe ainda que existem formas mais gerais e flagrantes de ODS, associadas ao racismo aberto, e outras mais brandas, associadas às suas expressões mais veladas e sutis.

Em que pese o conjunto sólido de evidências empíricas sobre a relação entre ODS e as várias formas de opressão (Pratto et al., 1994), as críticas a TDS se concentram em três linhas: 1) proposição de que a ODS é uma variável individual poderosa para explicar por que certas ideologias são aceitas; críticos afirmam que a ODS não é uma causa, mas uma consequência da existência de atitudes em relação a um grupo particular, em um contexto intergrupais saliente; 2) afirmação de que estruturas universais invariantes, que explicam as diferenças entre homens e mulheres nos níveis de ODS, ignoram a construção cultural de papéis de gênero; 3) suposição de imanência do desejo de controle

sobre os outros; para os críticos, a TDS não explica as mudanças sociais promovidas pela luta por igualdade e justiça (ver Sidanius et al., 2018).

As três teorias brevemente apresentadas adotam, como ponto de vista predominante, a ideia de que o antissemitismo, o dogmatismo e a orientação para a opressão dos outros são características dos indivíduos, forjadas durante a sua socialização familiar (TPA), ou que possuem certa imanência cognitiva (HEF) ou biológica/evolutiva (ODS). Os três fenômenos explicados manifestam-se nas relações interpessoais (TPA), nas percepções individuais (HEF) e nas relações intergrupais (ODS). São explicações de fenômenos mais gerais, os quais se associam ao preconceito e ao racismo. Entretanto, neste capítulo, interessa também analisar explicações específicas sobre o racismo.

No âmbito da psicologia social, nas décadas de 1970 e 1980, surgem teorias específicas para explicar o racismo, cujo nível e análise preponderante é o intraindividual; uma das mais destacadas ou citadas é a Teoria do Racismo Aversivo.

### **A Teoria do Racismo Aversivo**

Na década de 1970, Joel Kovel, um psicanalista estadunidense, estava interessado em explicar o “poder irracional do racismo” nas sociedades formalmente democráticas. Kovel propôs que uma forma específica de racismo constituía o coração da sociedade burguesa do norte dos Estados Unidos: o racismo aversivo. Em termos psicodinâmicos, haveria, por um lado, um conflito entre desejos primitivos e inconscientes de atração pelo socialmente desvalorizado e proibido, e, por outro, a censura dos ideais do superego impostos pela ordem social. Nas palavras de Kovel: “Aqui está o corpo-excremento que foi odiado, reprimido, espalhado sobre o universo, mas que permanece amado pelo desejo infantil de fusão com a imagem materna” (1970, p. 138, tradução nossa). A aversão seria, nessa perspectiva, um mecanismo de defesa do ego para lidar com esses desejos opostos. Os negros seriam associados ao “corpo-excremento” pela cultura racista, através da construção e imposição de estereótipos negativos; de forma que lhes restariam, segundo Kovel (1970), duas opções: ou odiar o seu “eu” como a cultura determinava ou não ser/ter um “eu” (*to be nothing*).

Na década de 1980, Samuel Gaertner e John Dovidio se apropriam da noção de “racismo aversivo” e realizam um conjunto de pesquisas, a fim de demonstrar como se processava essa forma de racismo em termos psicossociais. Os autores afirmam que a ambivalência entre sentimentos repulsivos e valores igualitários caracteriza as atitudes raciais de muitos norte-americanos brancos. Para esses autores, a etiologia dessa forma de racismo resulta de: (i) assimilação de um sistema de valores igualitários, (ii) sentimentos e crenças derivados do contexto racista e (iii) impressões derivadas do mecanismo cognitivo humano que contribui para o desenvolvimento de estereótipos e preconceito. A coexistência de emoções raciais conscientemente inevitáveis com o desejo de ser igualitário formaria a base da ambivalência que os racistas aversivos experimentam (Gaertner & Dovidio, 1986).

Nas interações com os negros, os “aversivos” não sentiriam hostilidade ou ódio, mas, sobretudo, desconforto, nervosismo, nojo e, algumas vezes, medo. Tais emoções motivam mais a evitação do contato do que comportamentos intencionais abertamente violentos. Daí o termo “racista aversivo” ser apropriado para definir esse conjunto de sentimentos e valores contraditórios.

Em contraste com os racistas mais flagrantes, os aversivos seriam mais sutis, pois eles, de forma geral, acreditam que não são racistas, já que possuem autoconceito de pessoa igualitária. Seu racismo só se expressa em contextos nos quais possam justificá-lo com base em algum fator não associado à raça, ou noutros contextos em que a norma antirracista não esteja saliente e eles não se sintam controlados (Dovidio, 2001).

A Teoria do Racismo Aversivo (TRA), diferentemente da Teoria da Personalidade Autoritária, não enfatiza aspectos psicopatológicos nas explicações do fenômeno, ainda que a origem das explicações nas duas seja a mesma: aspectos psicodinâmicos não conscientes. A TRA afirma que as emoções negativas que os racistas sentem em relação aos negros se baseiam em três processos normais do funcionamento psíquico: (i) o processo de categorização social com a separação dos grupos, que conduz ao favorecimento do próprio grupo; (ii) as dinâmicas motivacionais associadas à satisfação de necessidades básicas, tais como a necessidade de poder e de controle sobre os outros; e (iii) a internalização, muitas vezes automática, dos valores e crenças da sociedade, e da visão de que os negros são culturalmente diferentes (Dovidio & Gaertner,

1998). O primeiro desses aspectos aproxima a TRA da TPA e da HEF quando enfatiza o etnocentrismo. O segundo assemelha-se à noção de orientação para a dominância social da TDS. O terceiro introduz uma dimensão nova, que começa a ganhar destaque na psicologia na década de 1980, a dos processos cognitivos automáticos, associando-se ainda com as coetâneas teorias do racismo simbólico e do moderno, que serão descritas mais à frente.

O teste empírico original das teses do racismo aversivo utiliza o paradigma do comportamento de ajuda dos estudos clássicos de Bibb Latané. A hipótese principal da TRA é a de que, em situações em que as normas que prescrevem os comportamentos adequados não estão ambíguas, os negros não serão discriminados, para evitar ameaças à autoimagem de não preconceituoso dos brancos aversivos, a menos que haja uma justificativa não racial que permita racionalizar respostas racistas. Para testar essa hipótese, Gaertner e Dovidio (1986) manipulam chamadas telefônicas nas quais um cidadão, identificável pelo sotaque como branco ou como negro, explica que está tentando falar com a oficina para avisar que seu carro quebrou e pede ao sujeito que chame o socorro para ele, pois não tem mais como fazer outra ligação. Os que atendem tais chamadas (participantes do estudo) são membros ou do partido liberal, ou do conservador estadunidense. Os autores constatam que os conservadores prestaram menos ajuda aos negros do que aos brancos, ao passo que os liberais ajudam de forma indiferenciada. No entanto, os liberais desligam mais prematuramente o telefone para negros do que para brancos, e os conservadores não discriminam dessa maneira.

Em outro estudo, verifica-se que, em situações nas quais uma vítima, branca ou negra, pedia socorro a participantes, as vítimas negras eram mais socorridas que as brancas na situação em que o participante acreditava que estava sendo observado, e menos socorrida que as brancas na situação em que achava estar só (Dovidio & Gaertner, 1998). Da mesma maneira, quando candidatos brancos e negros a um emprego são descritos como “muito”, “medianamente” ou “pouco” qualificados, os participantes do estudo tendem a discriminar o negro em relação ao branco apenas na condição mais ambígua, de média qualificação, pois a estrutura normativa antirracista está menos bem definida nela e tal ambiguidade racionalizaria a discriminação (Dovidio & Gaertner, 2000). O mesmo padrão de resultados é encontrado em crianças

depois dos sete anos, quando já assimilaram a norma antirracista (França & Monteiro, 2013; França, Da Costa Silva e Batista, 2019).

Não obstante a sua vinculação com as normas sociais e o seu potencial de pesquisa com adultos e com crianças, a TRA apresenta algumas limitações que merecem destaque. A primeira delas é mais geral, comum a todos os aportes intrapsíquicos, trata-se da pouca ênfase que essas teorizações dão aos efeitos das relações de poder no racismo. A consequência mais imediata disso é a naturalização dos processos de categorização social e estereotipia, supondo-lhes uma inerência e mesmo imanência, e ignorando os aspectos mais ideológicos e históricos envolvidos nas relações entre grupos (Condor, 1988).

Outra crítica à Teoria do Racismo Aversivo, mais específica e metodológica, deriva da análise da discriminação racial em situações reais de empregos nos Estados Unidos. Com uma amostra ampla de estudos sobre discriminação no campo do emprego, Quillian (2006) observa que as empresas norte-americanas contratam, em entrevistas presenciais, 2,43 vezes mais candidatos brancos do que negros, ambos com alta qualificação; e contratam 1,5 vez mais os brancos, em análises não presenciais de currículos. Ou seja, os negros de alta qualificação são ainda mais preteridos em contextos nos quais a norma antirracista deveria ser mais forte (entrevista presencial) do que em contextos mais neutros, nos quais a falta de interação poderia facilitar a racionalização do racismo. Tal achado indica que, em situações mais reais, de efetiva contratação e tomada de decisões com impactos de médio e longo prazo, as preocupações individuais com a autoimagem de pessoa igualitária, que se mostram importantes em contextos artificiais pouco relevantes, cedem lugar ao racismo estrutural.

Como referido, a proposta do presente capítulo é entender como (e se) as explicações que a psicologia social tem fornecido para o racismo ao longo dos anos são usadas na análise do racismo no Brasil. Para tal, primeiramente realizamos o levantamento da literatura nacional sobre o tema e, em seguida, analisamos seus potenciais de encaixe ou de desencaixe analítico. Iniciamos nossa busca pela Teoria da Personalidade Autoritária e seguimos de forma sistemática pelas demais.



## *Racismo no Brasil: o uso de explicações individualizantes pela psicologia social*

Em uma pesquisa feita no dia 13 de abril de 2021 nos periódicos Capes, introduzimos na linha de busca as palavras “personalidade autoritária e racismo”, predefinindo a referência a qualquer dos termos no assunto ou título da publicação; além disso, adotamos como critério de inclusão publicações que tratassem sobre a realidade brasileira e como critérios de exclusão os itens repetidos<sup>2</sup>. Foram recuperados 28 registros, sendo 20 artigos e 8 livros, a maioria publicada na área de história ou sociologia, nenhum na psicologia. A leitura dos 28 resumos indicou que nenhum trabalho analisa a relação entre a personalidade autoritária e o racismo no Brasil. Em uma segunda consulta, ampliamos a busca para “personalidade autoritária e preconceito”, considerando que a maior parte da psicologia social prefere o termo “preconceito” por ser mais individualizante (Lima, 2019). Foram encontrados 36 trabalhos, 22 artigos e 14 livros, novamente a maioria publicada na sociologia, mas, desta vez, havia dois trabalhos na psicologia social. Não encontramos estudos empíricos relacionando escores na Escala (F) de Autoritarismo com o racismo ou o preconceito racial no Brasil.

Considerando, como primeiro critério de inclusão, trabalhos específicos de leitura do preconceito a partir da noção de personalidade autoritária, apenas o estudo de Da Silva e Bittencourt (2019) discute teoricamente, com base na TPA, a relação entre personalidade autoritária, *bullying* e preconceito na escola. Entretanto, como as autoras não destacam no texto de qual preconceito estão falando, descartamos o estudo por não ser específico sobre o preconceito racial. Tal linha de análise da relação *bullying* preconceito aparece no segundo artigo. Léon Crochík (2015) procede a uma análise teórica das semelhanças e diferenças entre essas duas formas de violência no contexto escolar. O autor refere noções da psicologia social para definir preconceito enquanto atitude, cita trabalhos sobre as relações entre várias formas de manifestação, a exemplo

---

2 Importante referir que, ao longo deste livro, nossa intenção com essas buscas não é a de produzir revisões sistemáticas da literatura. Tencionamos tão somente demonstrar a incidência de uso das teorias no principal portal de conhecimento científico do país. Por isso, usaremos apenas uma base de dados e não nos preocuparemos em ter mais juízes realizando no mesmo dia a mesma busca.

do étnico e do contra pessoas com deficiência. Afirma que o preconceito contra os negros se associa ao racismo e conclui se tratar de uma “ideologia introjetada, mediada por necessidades psíquicas, que não deve ser reduzido ao âmbito da psicologia ou da psicanálise” (p. 34). Para Crochík, o *bullying* é uma forma de violência mais indiferenciada do que o preconceito, o qual teria alvos definidos e estáveis.

Em relação à Hipótese do Espírito Fechado, uma outra busca, realizada no mesmo dia e na mesma base de dados, não retornou resultados que relacionassem preconceito ou racismo com “espírito fechado”, “mente fechada” ou *closed mind* em trabalhos publicados sobre a realidade brasileira. No que se refere à Teoria da Dominância Social, a busca, realizada no mesmo dia, como tema exato nos assuntos, retornou 30 trabalhos para o termo “dominância social”, a maioria deles (17) publicados em periódicos da psicologia. Entretanto, apenas dois desses trabalhos relacionam dominância social e preconceito ou racismo no Brasil.

Fernandes, Da Costa, Camino e Mendoza (2007) analisam a relação entre o preconceito, concebido como homólogo à orientação para a dominância social (ODS), com os valores psicossociais. No estudo, realizado com uma amostra de estudantes universitários, os autores investigam em que medida a adesão aos sistemas de valores explica a ODS. Os resultados indicam que, quanto mais a adesão aos valores materialistas (autoridade, status, lucro e riqueza), maior a orientação para a dominância. Pelo contrário, mais adesão aos valores pós-materialistas (fraternidade, amor, autorrealização) menos ODS. Como referido, os autores consideram a escala de ODS como um indicador de preconceito e a própria TDS como tendo sido elaborada para explicar o preconceito; de forma que não é realizada uma análise da relação entre preconceito racial e orientação para dominância.

No outro artigo, que também considera ODS e preconceito como homólogos, Fernandes (2009) demonstra que os sistemas de valores e o preconceito são fenômenos explicativos da confiança em instituições políticas e sociais e da valorização da política. A autora observa que a ODS se associa positivamente com a crença nas instituições, mas não se associa com a valorização da política. Também nesse segundo estudo não é testada a relação entre preconceito racial e ODS.

Em relação à teoria específica do racismo, a do racismo aversivo, foi novamente realizada uma busca nos periódicos Capes, no dia 15 de abril de 2021. Foram encontrados 14 registros para o termo “racismo aversivo”, mas apenas três artigos se referiam a análises feitas no Brasil, ainda que de forma pouco direta, como veremos.

Lima e Vala (2004), em um artigo teórico, apresentam a TRA quando discutem as principais teorias do racismo construídas na Europa e nos Estados Unidos, além da teoria do racismo cordial ambientada em solo nacional. Pela natureza do artigo, nenhuma tentativa de aplicação dos pressupostos da TRA à realidade nacional é feita. Da mesma forma, o estudo de Torres e Faria (2008) toca apenas de forma indireta na TRA, como possível explicação para a relação entre a “Crença no Mundo Justo” e a homofobia. Não há um teste específico da teoria na realidade brasileira, além de o preconceito analisado não ser o racial. Dahia (2008), analisando a relação entre racismo e humor no Brasil, cita o racismo aversivo, juntamente com o moderno e o sutil, como manifestações encobertas de racismo. O termo aparece somente uma vez no artigo, de forma que a TRA não é utilizada na análise teórica da autora sobre o racismo brasileiro.

Nossa busca textual estabeleceu como critério de inclusão publicações nacionais. Entretanto, encontramos um artigo publicado em língua inglesa, no *European Journal of Social Psychology*, que aplica os princípios teóricos e metodológicos da Teoria do Racismo Aversivo (TRA) para entender o racismo em crianças brasileiras. As autoras demonstram que crianças de 5 a 7 anos apresentam padrões de discriminação racial diferente dos encontrados em crianças de 8 a 10 anos. As crianças mais velhas discriminam pessoas negras em tarefas de distribuição de recompensa apenas quando a aplicadora (uma pesquisadora negra) está ausente e a tarefa lhe parece “escondida”, configurando a falta de saliência da norma antirracista. Para as crianças mais novas, a expressão de racismo contra os negros não foi afetada pela presença ou ausência da pesquisadora. Na conclusão do estudo, as autoras destacam a relação entre idade e aceitação explícita das normas antirracistas (França & Monteiro, 2013).

*A proposta deste livro é desafiadora:*

testar, como em um balão de ensaio da vida real, o poder explicativo que teorias clássicas e modernas da Psicologia Social, formuladas desde os anos de 1930, têm para o entendimento do racismo no Brasil. O desafio se torna ainda maior porque, até onde vai nosso conhecimento, essa tarefa ainda não foi tentada. Trata-se de algo importante, uma vez que ouvimos sempre iniciantes e até iniciados no tema do racismo declararem, peremptoriamente, que teorizações importadas não explicam o fenômeno no Brasil, apenas ilustram nossa colonização intelectual, ou, no outro extremo, assiste-se ao empréstimo de teorias e modelos analíticos sem a necessária contextualização à nossa realidade. As duas posturas, seja por excesso, seja por falta de senso crítico, acabam por não contribuir muito para a evolução de linhas de investigação na psicologia social do racismo no país. Esperamos, assim, descortinar possibilidades de análise e estimular novos autores da Psicologia Social no interesse pelo tema.

PSICOLOGIA

ISBN 978-85-212-2019-0



9 788521 220190



[www.blucher.com.br](http://www.blucher.com.br)

**Blucher**



Clique aqui e:

[VEJA NA LOJA](#)

## Contribuições da psicologia social para o entendimento do racismo brasileiro

---

Marcus Eugênio Oliveira Lima

ISBN: 9788521220190

Páginas: 196

Formato: 16 x 23 cm

Ano de Publicação: 2024

---